

CORREIO DE CAMPINAS

Divulgação/Governo de SP



Polícia Civil investiga infiltração do PPC em Campinas

Polícia investiga PCC infiltrado na política I

A Polícia Civil está investigando uma suposta tentativa de infiltração do Primeiro Comando da Capital (PPC) em estruturas públicas e incluiu Campinas nas investigações. A documentação aponta supostas irregularidades ocorridas de 2015 a 2017 na gestão do ex-prefeito Jonas Donizette (PSB-SP) por intermédio de Thiago Rocha de Paula. Indica que a estratégia consistia na inserção da facção criminosa mediante alianças políticas e projetos vinculados a uma fintech voltada a emissão de boletos e gestão de receitas para lavagem de dinheiro. Seis investigados foram presos ontem, e um dos mandados de busca e apreensão foi cumprido na região da Vila Brandina em Campinas.

Polícia investiga PCC II

O processo cita o secretário-adjunto de promoção social de Nova Odessa e presidente do diretório do PSB na cidade, Mateus Rosa Tognella, ex-assessor de Jonas em Brasília. Tognella ocupou funções na Prefeitura de Campinas entre 2013 e 2020 como assessor no gabinete do prefeito e coordenador na Secretaria Municipal de Educação. Manteve o vínculo com o Executivo até março de 2021, início da administração Dário.

Divulgação



Irregularidades: intermédio de Thiago Rocha de Paula

Polícia investiga PCC III

A Justiça determinou o bloqueio de R\$ 513 milhões em bens e ativos financeiros dos envolvidos no esquema de lavagem de dinheiro. À imprensa, Jonas informou que Tognella não integra seu quadro de assessores e ressaltou que o inquérito policial não possui relação com o exercício do cargo legislativo. Destacou que não possui informações sobre a conduta do antigo colaborador durante o tempo mencionado. Já a Prefeitura comunicou que a operação policial não possui vínculo com a gestão atual.

Polícia investiga PCC IV

Segundo a Prefeitura, Tognella se desligou do governo na transição de 2021 e não possui relação com o poder público desde então. A defesa dele manifestou que o nome de Tognella consta nas investigações sem a existência de imputação formal, indiciamento ou acusação sobre conduta ilícita e ressalta a observância aos princípios da presunção de inocência.

PINGA-FOGO

Mito de Sísifo I

A falta de ética em Campinas gera um custo elevado para a população que depende de continuidade nas políticas públicas básicas. A constante dança das cadeiras interrompe fluxos de trabalho e obriga lideranças comunitárias e parlamentares a reiniciarem diálogos que já deveriam estar consolidados.

Mito de Sísifo II

O caso do Núcleo Habitacional Centenário 2 exemplifica esse retardo no direito à moradia e ao documento oficial da propriedade. O vereador Ailton da Farmácia (PSB-SP) precisou organizar uma nova reunião na Secretaria Municipal de Habitação para retomar tratativas de regularização fundiária.

Mito de Sísifo III

O encontro serviu para apresentar o cenário ao recém-empossado secretário Eduardo Magoga (Cidadania-SP), que assumiu a cadeira de Henrique Cirilo, do mesmo partido, que retornou como vereador à Câmara. Enquanto isso, moradores do Centenário 2 aguardam pela escritura há 30 anos.

Mito de Sísifo IV

Sem o registro formal das propriedades, o bairro fica impedido de receber melhorias essenciais, como pavimentação adequada e redes completas de água e esgoto. As tratativas para regularizar a área tiveram início em 2019 também por iniciativa de Ailton, mas não avançaram devido à burocracia e a incompetência da Pasta.

Mito de Sísifo V

Campinas possui cerca de 560 núcleos habitacionais e, embora a prefeitura tenha entregue 22 mil matrículas nos últimos 2 anos, a demanda reprimida exige constância, já que interrupção de cronogramas por questões políticas faz com que comunidades permaneçam no limbo.

Mito de Sísifo VI

Enquanto secretários mudam de cargos, indo e vindo do Executivo para o Legislativo e vice-versa, obedecendo cotas partidárias e interesses pessoais, a população, que nada tem a ver com isso, é penalizada por gerações: 30 anos não são 30 dias.



Oito servidores do Executivo estão sendo investigados

Servidores da Prefeitura podem ser presos

Polícia Civil investiga uso de atestados médicos falsos

Da Redação

Oito servidores da Prefeitura de Campinas podem perder os respectivos cargos e serem presos por apresentarem atestados emitidos por médicos que estão sob investigação policial por supostamente terem vendido os documentos. A Delegacia de Investigações Gerais (DIG) de Campinas instaurou inquérito para investigar um esquema de venda de atestados.

A Polícia Civil apura se os médicos são integrantes do esquema ou vítimas de uma quadrilha especializada na venda dos comprovantes de saúde.

A Prefeitura informou que colabora com as investigações e forneceu informações levantadas pelas secretarias de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas e de Saúde à polícia.

Caso sejam culpados, os servidores podem perder o emprego mesmo após a conquista da estabilidade via concurso público. A demissão ocorre quando são comprovadas irregularidades administrativas ou criminais no exercício das funções.

Punições

No âmbito penal, o uso de documentos falsos ou a inserção de informações mentirosas em processos oficiais configuram os crimes de falsidade documental e ideológica. Tais condutas sujeitam o funcionário a penas de reclusão que variam de 1 a 6 anos além do pagamento de multas estabelecidas pelo Código Penal.

Simultaneamente o profissional responde administrativamente com base no Estatuto do Servidor, que proíbe a utilização do cargo para obter vantagens pessoais de qualquer natureza.

O estatuto também exige que o servidor mantenha lealdade integral para com as instituições públicas e respeite rigorosamente as normas legais e regulamentares vigentes. O descumprimento desses deveres funcionais compromete a permanência no serviço público e gera processos disciplinares que podem culminar na exoneração definitiva do infrator.

Investigação

A investigação começou em janeiro com uma operação policial que identificou o furto de carimbos de cinco médicos e o uso dos objetos em documentos sob suspeita. O desdobramento gerou uma apuração reversa onde a polícia encaminhou ofícios à Prefeitura para conferir a existência de atestados entregues por funcionários públicos com as assinaturas desses profissionais.

O levantamento interno das secretarias de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas e de Saúde apontou que oito servidores apresentaram os documentos; agora, todos os envolvidos passam por processo investigativo.

O processo de apuração inclui consultas a bases nacionais de registro de profissionais de saúde para subsidiar o inquérito policial e identificar a autenticidade das emissões.